

A sinergia política dos custos

JORNAL DO BRASIL

28 JAN 1998

PAULO R. HADDAD*

O governo federal conseguiu, com muita agilidade, preparar um conjunto de medidas fiscais e financeiras para evitar que o primeiro choque da crise asiática atingisse o País, no ano passado. Se essas medidas são as mais adequadas e se serão eficazes no curto prazo, somente poderemos avaliar ao longo das próximas semanas, quando a crise asiática desenrolar todo o seu enredo e os indicadores da economia brasileira do primeiro trimestre vierem à tona.

Se há dúvidas quanto à dimensão dos benefícios a serem colhidos, são inequívocos os custos econômicos e sociais da política monetária restritiva e do pacote fiscal, adotados no último trimestre do ano passado.

A economia brasileira poderá ter um crescimento do seu produto per capita próximo de zero neste primeiro semestre de 1998. As elevadas taxas de juros reais deverão ampliar a inadimplência das famílias que compraram a prazo os seus bens de consumo, assim como deverão retirar do mercado empresas com maior grau de dependência de capitais de terceiro e fragilizadas financeiramente. As taxas de desemprego aberto e de subemprego se elevarão como consequência do baixo nível de atividade econômica nos próximos meses.

Não se pode dizer que todos os processos caminham na direção de um desempenho desfavorável da economia brasileira neste ano que se inicia. O avanço das privatizações e das concessões, a melhoria da competitividade das exportações brasileiras e a própria consolidação da estabilidade dos preços são notáveis indicações que no-

vos projetos de investimento poderão acontecer, gerando mais renda e emprego em diversos setores e regiões do País.

Entretanto, os impactos políticos das atuais medidas econômicas dependerão do grau de sinergia dos seus custos e benefícios distribuídos no tempo. Quanto mais os custos das políticas econômicas se concentrarem em muitos grupos sociais em pouco tempo e quanto mais os seus benefícios se diluírem no médio prazo, maiores as chances de ampliarem os movimentos de insatisfações, de protestos e de dissidências na sociedade.

Quanto mais se espalhar o sentimento de que todo o sacrifício social (menos emprego, menos serviços públicos, menos chances de ampliar e diversificar o consumo privado etc.) resultante dos ajustes não elimina as incertezas quanto a um ataque especulativo contra a estabilidade do Real, mais vai se desenhando um difuso sentimento de frustração e desânimo entre os formadores de opinião.

Vale dizer: as cinco dezenas de medidas do pacote fiscal de novembro somadas aos efeitos catastróficos da política monetária sobre o crescimento da economia, podem ter impactos de dispersão direta ou indireta sobre as expectativas dos agentes econômicos e sobre os seus orçamentos de consumo e de produção, que podem deixar poucos brasileiros convivendo com benefícios líquidos positivos.

É evidente que os ganhos distributivos obtidos com a estabilização econômica são incomensuráveis, particularmente para os segmentos mais pobres da sociedade que pagavam os custos do imposto inflacioná-

rio. Entretanto, a nossa sociedade não é conformista e aspira uma política econômica que saiba combinar, de forma consistente, os objetivos multifacetados da estabilização com mais empregos de qualidade e melhor distribuição de renda e de riqueza.

Ora, é bastante provável que o atual ajuste pós-crise asiática vá se diferenciar do ajuste pós-crise do México em 1995 em diferentes aspectos fundamentais para o Brasil: haverá necessidade de manter as taxas de juros internas muito elevadas por um período de tempo bem maior; a profundidade da crise asiática com suas repercussões ampliadas torna o seu controle mais complexo; amplia-se o sentimento entre os que financiam o nosso déficit externo de que somos um risco maior hoje pelo atraso na implementação das reformas do Estado, responsáveis em última instância pelo déficit potencial do setor público consolidado.

Assim, como o quadro recessivo pode se esticar ao longo de 1998 e os graus de liberdade para gerar alternativas de políticas econômicas se encontram limitados pela adversidade da conjuntura internacional, é de se esperar que o processo eleitoral de 1998 venha a ocorrer num ambiente de mal-estar quanto às conquistas da atual administração no campo econômico: inflação baixa e declinante sim, mas com clima de crescimento econômico em regime de apatia e com o quadro político contaminado por inconformismos e insatisfações sociais.

* Ex-ministro da Fazenda e do Planejamento no governo Itamar Franco